

Domingo, 31 de Maio de 2026

Bussiki rebate Amauri Monge e nega pedalada fiscal na Educação de Cuiabá

Após denúncia do ex-secretário

Redação

O secretário de Economia de Cuiabá, Marcelo Bussiki, rebateu as declarações do ex-secretário municipal de Educação, Amauri Monge, e negou que tenha havido qualquer tipo de pedalada fiscal nas contas da Educação durante o exercício de 2025.

Em comunicado divulgado nesta semana, Bussiki afirmou que o município não apenas cumpriu, mas superou o percentual mínimo constitucional de investimentos na área educacional. Segundo ele, foram aplicados 26,1% da receita vinculada à Educação no ano passado, índice superior aos 25% exigidos pela Constituição Federal.

O secretário destacou ainda que a atual gestão segue honrando compromissos financeiros da pasta. Somente em 2026, conforme os dados apresentados, já foram pagos R\$ 36,5 milhões em restos a pagar relacionados à Educação.

De acordo com Bussiki, os números da execução orçamentária já haviam sido apresentados oficialmente à Comissão de Educação da Câmara Municipal em reunião realizada neste ano. Na ocasião, ele e o contador-geral do município, Éder Galiciani, detalharam os investimentos realizados e a situação financeira da rede municipal de ensino.

A manifestação ocorre após Amauri Monge voltar a questionar os resultados apresentados pela atual gestão e afirmar que houve pedalada fiscal nas contas da Educação durante sua passagem pela administração municipal.

Ao contestar as declarações do ex-secretário, Bussiki sustentou que os dados oficiais comprovam o cumprimento das exigências constitucionais e demonstram a regularidade dos investimentos realizados pelo município no setor educacional.

Restos a pagar x pedalada

O secretário Marcelo Bussiki ainda afirmou que há clara diferença entre restos a pagar e pedalada fiscal.

"Pedalada fiscal ocorre quando despesas ou obrigações financeiras deixam de ser registradas oficialmente na contabilidade pública, ocultando a real situação das contas do ente público. Já os restos a pagar são despesas reconhecidas, empenhadas e contabilizadas regularmente, permanecendo registradas até sua quitação", disse.

Dessa forma, não houve qualquer ocultação de despesas na Educação. Os valores pendentes estavam devidamente lançados na contabilidade municipal, em conformidade com a legislação vigente.

A própria aplicação dos recursos da Educação foi defendida pelo então secretário Amauri Monge quando ainda comandava a pasta. Em prestação de contas realizada na Câmara Municipal, ele afirmou que o município havia investido 26,1% em Educação durante 2025, acima do percentual mínimo exigido pela Constituição Federal.

Na ocasião, Monge declarou que os valores empenhados estavam corretamente registrados e que os restos a pagar encontravam-se dentro da legalidade, afastando qualquer irregularidade na execução orçamentária da pasta.